



Plenário vai analisar projeto que cria nova Lei de Migração

Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem relatório de Tasso à nova regulamentação para entrada e permanência de estrangeiros no país

Projetos que definem direitos e deveres do migrante e do visitante no Brasil e normas de proteção ao brasileiro no exterior deve substituir o Estatuto do Estrangeiro criado em 1980, no último governo militar. Favorável ao projeto, o relator Tasso Jereissati mudou partes do substitutivo da Câmara ao texto de Aloysio Nunes. Uma das alterações retira trecho sobre proteção ao mercado de trabalho nacional. **3**



Tasso (E), em reunião da Comissão de Relações Exteriores presidida por Collor (D), fala sobre proposta que inclui normas de proteção a brasileiros no exterior

Gerardo Magela/Agência Senado

MP que abre crédito para segurança tem prazo estendido **7**

Acordo com México para investimentos entra em fase final **3**

Senado recebe relatório sobre liberdade religiosa **2**

Indicações de dois embaixadores vão para o Plenário **3**

Lei dá mais proteção a crianças vítimas de violência **6**



Hélio José (3º à esq.), que presidiu a audiência, ao lado da deputada Erika Kokay

Roque de Sá/Agência Senado

PMs e bombeiros divergem sobre mudança de regras nas carreiras

Bombeiros e policiais militares disseram ontem, em audiência pública, que não há consenso sobre mudanças nas regras de progressão nas carreiras militares

do Distrito Federal. O tema está sendo discutido pela comissão mista que analisa a medida provisória que altera as regras para as duas corporações. **7**

Especialistas criticam MP que regulariza terras

Especialistas que participaram ontem de audiência disseram que a medida provisória que desburocratiza a regularização fun-

diária é inconstitucional e recomeça “do zero” a legalização de imóveis urbanos e rurais, sem considerar as experiências anteriores.

Integrantes do governo, no entanto, afirmaram que a medida tenta solucionar um problema urgente, que é o acesso à moradia. **8**



Deputado Izalci Lucas (C) ouve representantes de cartórios e do governo e especialistas em direito fundiário

Gerardo Magela/Agência Senado

Senadores reforçam Campanha da Fraternidade

O Senado fez ontem uma sessão especial para celebrar a Campanha da Fraternidade de 2017. O tema deste ano, “Biomassas brasileiras e defesa da vida”, foi

elogiado pelos senadores. A campanha, promovida pela CNBB, enfatiza a importância da preservação e da valorização da diversidade dos biomas do país. **2**



Regina Sousa preside a sessão especial, que reuniu no Plenário membros da Igreja Católica e de outras religiões

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Sugestão sobre banda larga vira projeto de lei

Virou projeto de lei sugestão de cidadão feita no Portal e-Cidadania para proibir limite de oferta de banda larga fixa. A ideia foi aceita na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O relator da sugestão, José Medeiros, lembrou que existem outros projetos de teor semelhantes. No ano passado, as operadoras propuseram à Anatel adotar o limite de dados. **5**

Jovem Senador é admitido como aluno em Harvard

Representante de Rondônia no Projeto Jovem Senador de 2016, Leonardo Brito, de 17 anos, foi aprovado na Universidade Harvard, nos Estados Unidos. Para ele, que começa os estudos em agosto, ter participado da iniciativa do Senado foi fundamental.

— Na inscrição, a universidade nos pede que citemos os dez programas mais interessantes que fizemos no ensino médio, e o Jovem Senador estava lá. **6**

Senado celebra Campanha da Fraternidade de 2017

Tema escolhido pela CNBB neste ano, em defesa dos biomas brasileiros, foi elogiado pelos senadores em sessão especial. Participantes alertaram para a importância de respeitar a natureza e a cultura dos povos

O SENADO CELEBROU ontem sessão especial para o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2017, que adotou o tema “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida” e o lema “Cultivar e guardar a criação”. Responsável pela iniciativa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quer este ano enfatizar a diversidade de cada bioma brasileiro e motivar relações de respeito com a vida e a cultura dos povos que neles habitam.

A cerimônia reuniu membros da Igreja Católica e de outras religiões, além de representantes do corpo diplomático, inclusive o núncio apostólico Dom Giovanni D’Aniello, que representa o Vaticano no Brasil. O requerimento para a sessão foi proposto pela senadora Regina Sousa (PT-PI), que também dirigiu os trabalhos.

Ao abrir a sessão, Regina destacou que há 53 anos a CNBB promove a Campanha da Fraternidade, sempre no período da Quaresma. A senadora observou que a entidade, “profeticamente”, vem abordando a cada ano um assunto importante, inadiável, sobre “uma realidade que precisa ser conhecida e debatida à luz dos ensinamentos cristãos”.

Preservação

Regina lembrou que o meio ambiente recebeu destaque pela primeira vez na campanha de 1979, quando o tema foi “Preserve o que é de todos”, mostrando de forma pioneira que a Terra é a nossa casa comum e precisa de cuidados. E observou que a Igreja chama seus fiéis e a sociedade mais uma vez a entender e tratar com respeito a natureza.

— A palavra que precisa calar no fundo dos nossos corações é a palavra “cuidado”. Preci-



Regina preside sessão com Ivo Poletto, dom Marcony e padre Luis Fernando

samos cuidar da Mãe Terra com o mesmo amor filial que dedicamos às nossas mães.

Dom Marcony Vinícius Ferreira, que representou a presidência da CNBB, disse que a campanha de fato realça o termo “cuidado”, como referência ao meio ambiente, “a casa comum”. Observou ainda que a temática dos biomas nacionais ainda é pouco conhecida e que a campanha pode motivar maior discernimento e atitudes concretas no dia a dia das pessoas.

O padre Luis Fernando da Silva, secretário-executivo das campanhas da CNBB, destacou que a ação neste ano partiu da observação de que está se enraizando nos brasileiros a preocupação com a degradação dos biomas pela desordenada exploração dos recursos e progressiva deterioração da qualidade de vida.

O cientista Ivo Poletto, autor do livro *Biomas do Brasil: da exploração à convivência*, observou que as práticas humanas, especialmente nas últimas décadas, estão alterando profundamente o ambiente vital que a Terra levou 4 bilhões de anos para formar.

— Se alteramos ou impedimos os processos vitais dos biomas, todos os seres vivos,

e principalmente nós, a frágil espécie humana, morreremos antes da hora — afirmou.

Padrões de consumo

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) observou que a fraternidade, termo que identifica as campanhas da CNBB, por muito tempo serviu de referência a práticas solidárias entre seres humanos de uma mesma geração. Hoje, contudo, é necessário defender a fraternidade intergeracional, conceito que leva em conta o cuidado com a natureza, tendo em vista a sobrevivência das novas gerações. Segundo ele, isso exige uma revolução cultural e mudanças nos padrões de produção e de consumo.

— Onde está a raiz da preocupação? Está num conceito de progresso que é destruidor da natureza por razão simples: tem por propósito atender a voracidade do consumo. É essa voracidade que leva à destruição das nossas florestas.

Para Hélio José (PMDB-DF), o tema é atual e relevante, tendo em vista a necessidade de defesa dos biomas contra o uso predatório. Paulo Rocha (PT-PA) observou que tem havido avanços, mas falta presença do poder público na elaboração e execução de políticas de desenvolvimento sustentável.

Rádio Senado relembra 20 anos da lei contra tortura

Em comemoração aos 20 anos da Lei de Regulamentação dos Crimes de Tortura, a Rádio Senado apresenta a reportagem especial “Bate não, moço!”. A reportagem traz denúncia da ONG Conectas Direitos Humanos, feita à Organização das Nações Unidas, de que todos os atores envolvidos no sistema prisional (policiais, magistrados, Defensoria Pública e Ministério Público) agem para perpetuar a tortura. Nos 28 minutos do programa, é possível constatar que a prática ainda é recorrente e a violência está cada vez mais

banalizada no Brasil.

A Conectas acompanhou 400 audiências de custódia no Fórum Criminal da Barra Funda, em São Paulo. As audiências de custódia são um instrumento novo no Judiciário brasileiro e foram regulamentadas pelo Senado no ano passado. Agora, a proposta aguarda votação na Câmara dos Deputados. Neste tipo de audiência, os presos são apresentados aos juízes em até 24 horas após a detenção. São dois objetivos principais: reduzir a quantidade de presos temporários e prevenir a prá-

tica de tortura nas abordagens policiais. Mas, segundo a denúncia da Conectas, os juízes nem perguntam aos presos se eles foram vítimas de tortura, mesmo aqueles visivelmente machucados.

A reportagem ouviu senadores, policiais, procuradores, juízes e defensores públicos sobre o assunto. A rádio pode ser acessada no endereço www.senado.leg.br/radio.

Reportagem Especial
• hoje, às 18h
• reprises amanhã, às 10h, e domingo, às 17h

Eunício recebe relatório de juristas sobre liberdade religiosa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu na quarta-feira integrantes da Religious Liberty Partnership (RLP), rede global que representa organizações cristãs de 40 países e da qual a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) faz parte.

Acompanhados do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), eles entregaram ao presidente do Senado o relatório de trabalho da Anajure na Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre liberdade religiosa no sistema interamericano de direitos humanos. O relató-

rio também foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e será levado ao presidente da República, Michel Temer.

A Anajure tem desenvolvido um projeto dentro do Sistema Interamericano de Direitos Humanos por meio da OEA na luta para proteger o direito de liberdade religiosa. O projeto consiste na apresentação de casos de violação de direitos, especialmente da liberdade religiosa, na Comissão e Corte Interamericanas de Direitos Humanos.

(Da Assessoria da Presidência do Senado)

Fátima destaca crítica de bispos à reforma previdenciária

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) relatou na quarta-feira que os bispos católicos do Rio Grande do Norte manifestaram, em carta, apoio à luta dos trabalhadores do estado contra a reforma da Previdência, que considera contrária aos direitos humanos.

Na carta eles dizem que o Congresso deve rejeitar a proposta, que representa retrocesso social e vai contra os interesses do povo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Pimentel demonstra preocupação com proposta do governo

José Pimentel (PT-CE) criticou, na quarta-feira, a proposta de reforma da Previdência.

O senador disse não concordar com o aumento da idade mínima para o Benefício de Prestação Continuada, que garante um salário mínimo a idosos e deficientes, e para a previdência rural. Para ele, aumentar a idade para a aposentadoria no campo tem grande impacto não só sobre a vida das pessoas, mas também sobre a economia local.



Marcio Moraes/Agência Senado

Armando: Senado não pode fugir de debate sobre Previdência

Armando Monteiro (PTB-PE) disse na quarta-feira que o Senado não pode fugir de debate sério sobre a reforma da Previdência. Para ele, é dever da sociedade enfrentar a questão do futuro da seguridade social e promover os ajustes considerando as alterações do perfil demográfico.

— A questão não é se há ou não há o déficit, mas como os gastos previdenciários e os benefícios têm se comportado ao longo do tempo.



Marcio Moraes/Agência Senado

Ataídes quer dinheiro do Sistema S para a seguridade social

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu ontem a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 386/2016, que destina 30% dos recursos arrecadados pelo Sistema S para o financiamento da seguridade social.

Ataídes acusou o Sistema S de construir prédios e alugá-los para órgãos do governo.

— Eles pegaram o dinheiro do povo, construíram os prédios e estão alugando para o povo novamente.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Projeto de nova Lei de Migração vai a Plenário

Relatório de Tasso Jereissati fez mudanças no substitutivo da Câmara ao texto original do Senado, como retirar inciso que inclui a proteção ao mercado de trabalho nacional

O BRASIL PODE contar em breve com nova Lei de Migração, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, que é de 1980, época do governo Figueiredo, último da ditadura militar. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE), favorável à proposta que define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil, regula entrada e permanência de estrangeiros e estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior. Agora o projeto (PLS 288/2013) segue com urgência para o Plenário do Senado.

Um dos seus dispositivos prevê punição para o traficante de pessoas, ao tipificar como crime a ação de quem promove a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiros em país estrangeiro. A pena é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

Outro concede anistia na for-

ma de residência permanente aos imigrantes que, se ingressados no Brasil até 6 de julho de 2016, façam pedido até um ano após o início de vigência da lei, independentemente da situação migratória anterior.

Autorização

De acordo com a proposta, a moradia no Brasil é autorizada para os casos previstos de visto temporário e também para o aprovado em concurso; para beneficiário de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida; para quem tiver sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direitos agravada por sua condição migratória; e a quem já tiver possuído a nacionalidade brasileira e não desejar ou não reunir os requisitos para readquiri-la.

Todo imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência será identificado por dados biográficos e biométricos.

A proposta prevê exceções



Relator, Tasso Jereissati fala na comissão, observado por Cristovam Buarque

para os casos de repatriação, como pessoa em situação de refúgio ou apátrida e menores de 18 anos desacompanhados ou separados de suas famílias, além de repatriação para nação ou região que possa apresentar risco à vida, à segurança ou à integridade.

Indeferimento

Porém, a residência poderá ser negada se a pessoa interessada tiver sido expulsa do Brasil anteriormente, se tiver praticado ato de terrorismo ou

estiver respondendo a crime passível de extradição, entre outros.

O projeto que substituirá o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) foi apresentado pelo senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), atual chanceler.

Aprovada em 2015 pela CRE em decisão terminativa, foi para a Câmara dos Deputados, onde, em dezembro de 2016, recebeu substitutivo, agora em exame pelo Senado.

Tasso apresentou algumas

mudanças no substitutivo. Na avaliação dele, a estrutura da proposição consagra o migrante como sujeito de direitos e de garantias, considerando a mobilidade humana como um todo, o que significa contemplar o imigrante, o emigrante e o visitante.

Entre as mudanças propostas pelo relator, está a retirada de inciso que inclui a proteção ao mercado de trabalho nacional. Para ele, “essa diretriz é dúbia”, pois o mercado de trabalho não deve ser fechado e a migração é um fator de seu desenvolvimento.

O relator sugeriu suprimir “por vício de iniciativa” o artigo 117, que cria o Conselho Nacional de Migração, vinculado ao Ministério do Trabalho, que sucederia o Conselho Nacional de Imigração. E manteve partes do texto original que tratam da expulsão do migrante, retiradas pela Câmara. Caberá à autoridade competente resolver sobre a expulsão e sua revogação.



Collor preside reunião que também confirmou acordo sobre Aquífero Guarani

Novo modelo de investimentos entre Brasil e México é ratificado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo que ratificam acordos firmados entre o Brasil e outros países, que agora serão examinados pelo Plenário.

Um deles é o Projeto de Decreto Legislativo 29/2017, que confirma o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e México, considerado um novo modelo para investimentos bilaterais. Foi assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

O convênio prevê que Brasil e México destinarão aos investidores do outro país, e aos seus investimentos, tratamento não menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores.

Porém, poderá haver a adoção e implementação de novas exigências ou restrições legais, desde que não sejam discriminatórias. O texto considera que um tratamento

é menos favorável se alterar condições de concorrência em favor dos investidores do próprio país.

O tratado determina que os países não poderão nacionalizar ou desapropriar os investimentos cobertos pelo acordo, exceto se por utilidade ou o interesse público, de forma não discriminatória, mediante indenização e com o devido processo legal.

O Projeto de Decreto Legislativo 24/2017, por sua vez, confirma o Acordo sobre o Sistema Aquífero Guarani, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010.

O texto, proveniente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, define o aquífero como recurso hídrico que ultrapassa fronteiras geográficas, integrando o domínio territorial soberano do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e institui normas para ações de conservação e aproveitamento sustentável.

Indicação para embaixador em Israel vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação de Paulo César Meira de Vasconcellos para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Israel. A indicação segue para votação em Plenário.

Vasconcellos disse que seu objetivo é trabalhar em uma agenda positiva, com foco em fortalecer as exportações brasileiras. Segundo ele, o comércio bilateral hoje é deficitário para o Brasil.

— Existe um campo grande de trabalho não apenas para aumentar as exportações, mas para diversificar — explicou.

Segundo ele, Israel tem expertise em agricultura, dessalini-

zação, cibersegurança e outras áreas de interesse do Brasil.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), recomendou a aprovação de Paulo César Meira de Vasconcellos.

A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (aproximadamente 110 mil pessoas, conforme o último censo do IBGE), a décima maior do mundo, faz do Brasil um país relevante para Israel, de acordo com o diplomata.

Israel é importante parceiro na área de ciência e tecnologia, sobretudo nos setores de biotecnologia, engenharia e softwares. Os países têm acordo bilateral de estímulo à inovação.



Aprovado nome para representar país na Eslovênia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação de Renato Mosca de Souza para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Eslovênia. A Mensagem 4/2017 será examinada agora pelo Plenário.

O incremento do fluxo comercial e a diversificação das exportações brasileiras, hoje concentradas em produtos agrícolas, são algumas das prioridades que pautarão a atuação de Mosca caso seja aprovado para chefiar a missão no país do Leste Europeu.

— Há espaço para crescimento e diversificação. A

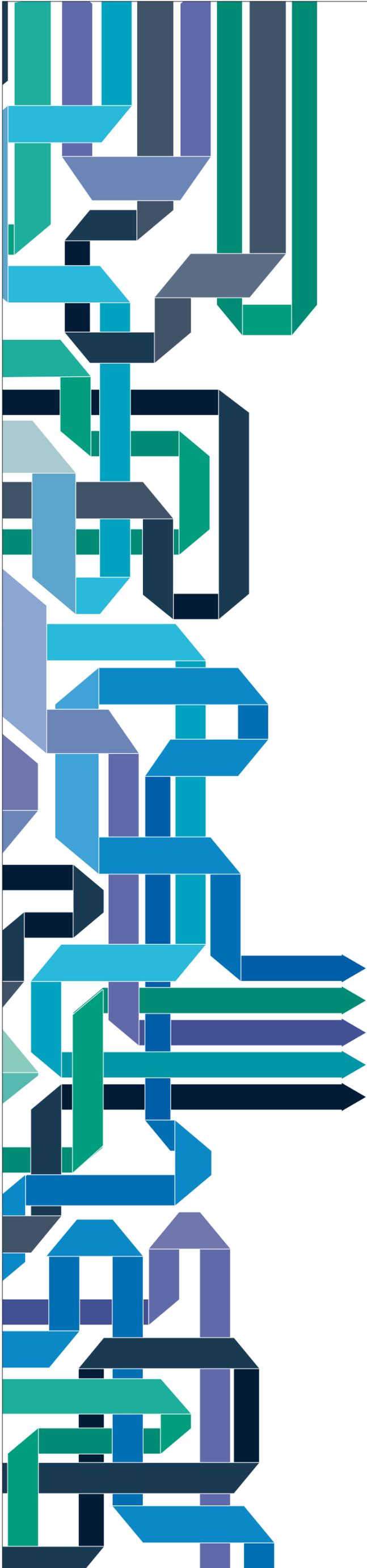
pauta de exportações está muito concentrada em produtos agrícolas de baixo valor agregado. Existe um potencial de crescimento de novos setores da economia brasileira — avaliou o diplomata.

Ele destacou a qualidade da educação na Eslovênia. O país está entre os primeiros do mundo em indicadores de escolarização de seus habitantes. Para ele, o Brasil tem muito a ganhar se firmar parcerias com a Eslovênia nas áreas de educação e tecnologia.

— Há uma concentração muito forte de esforços para qualificar o ensino na Eslovênia. Isso é uma área importante de cooperação — frisou.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Descomplicamos o orçamento público

Você sabe quanto o governo federal investiu em **educação** no ano passado? E quanto dinheiro teremos disponível para **saúde** neste ano?

Agora, no Painel Cidadão do Siga Brasil você pode consultar usando palavras-chave e expressões simples. O resultado é rápido e direto, apresentado de forma visual, por meio de gráficos e tabelas.

Acesse www.senado.leg.br/painelcidadao



SIGA BRASIL

Orçamento público federal descomplicado



Sugestão legislativa apresentada por cidadão no Portal e-Cidadania foi transformada em projeto e agora passa a tramitar no Senado

Projeto de lei proíbe limitações na oferta de internet banda larga fixa

PROIBIR LIMITAÇÕES NA oferta de banda larga fixa é o objetivo de uma sugestão legislativa transformada em projeto de lei na quarta-feira. A ideia foi proposta por um cidadão no Portal e-Cidadania, recebeu o apoio de internautas e virou projeto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Apresentada por Alessandro de Almeida, de Minas Gerais, a sugestão foi uma reação à notícia divulgada no ano passado de que operadoras de internet e a Anatel discutiam a limitação no uso de dados em planos de internet banda larga fixa. O texto proíbe, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nesses serviços.

O relator da sugestão foi José Medeiros (PSD-MT), que lembrou que entidades de defesa do consumidor têm cobrado das operadoras informações

que justifiquem a adoção do modelo de franquias.

“A possibilidade de interrupção inesperada do serviço, a queda na velocidade quando atingido o limite da franquia e a dificuldade de avaliar o real consumo de dados podem configurar violação ao Código de Defesa do Consumidor”, argumenta o relator em sua justificativa. Ele diz ainda que as prestadoras não apresentam embasamento que justifique a alteração ou que demonstre que ela estimularia melhoria na qualidade do serviço.

Medeiros lembrou que já existem iniciativas de parlamentares com teor semelhante, como o PLS 174/2016, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), aprovado em março pelo Senado. Ele ressaltou, porém, a importância da participação popular pelo e-Cidadania.

O portal permite que qualquer pessoa apresente uma



José Medeiros (à dir., ao lado de José Capiberibe) foi o relator da sugestão

ideia de projeto de lei e a submeta à avaliação dos internautas. Se, num prazo de quatro meses, a proposta receber mais de 20 mil apoios, ela vira sugestão legislativa para ser analisada pela CDH.

Audiências públicas

A comissão também aprovou ontem requerimentos de audiências públicas para

debater os cursos de graduação à distância em enfermagem; a situação da pesquisa e da legislação sobre células-tronco; e a campanha 50 For Freedom (50 pela Liberdade), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que visa obter a ratificação, pelo Brasil, do Protocolo de Combate ao Trabalho Forçado.

Também foi aprovado na comissão convite à ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, para apresentar o plano de trabalho e o orçamento da pasta. Os senadores aprovaram debate, com as Comissões de Educação e Cultura (CE) e Assuntos Sociais (CAS), sobre o contingenciamento de recursos do Programa Mais Médicos.

A CDH fará dois ciclos de debates: o primeiro prevê diligências em Rondonópolis (MT), para discutir efeitos da reforma da Previdência para profissionais da segurança pública, como os policiais; o segundo, discutirá a imunidade tributária das instituições religiosas.

Anastasia vai integrar comissão das atividades de inteligência

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) vai integrar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) durante o biênio 2017-2018 como representante da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado. A escolha foi feita ontem na reunião da CRE.

A CCAI é uma comissão permanente do Congresso Nacional, composta por 12 membros titulares, sendo 6 senadores e 6 deputados.

A função do colegiado é controlar e fiscalizar as atividades de inteligência e contrainteligência exercidas pelo sistema brasileiro de inteligência e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O objetivo é assegurar que essas atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição e com as normas do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e garantias individuais, do Estado e da sociedade.

A presidente da comissão mista é a deputada Federal Bruna Furlan (PSDB-SP) e o vice é o senador Fernando Collor (PTC-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores.



Anastasia será o representante da Comissão de Relações Exteriores



Portal permite que cidadão apresente ideia de projeto; se receber mais de 20 mil apoios, a ideia vira sugestão legislativa

Para Roberto Muniz, Brasil precisa se autorregulamentar

O senador Roberto Muniz (PP-BA) afirmou, na quarta-feira, que o Brasil precisa de mais iniciativas de autorregulamentação para que o Estado brasileiro se torne mais inteligente e eficiente.

O senador citou como caso de sucesso o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que é uma organização da sociedade civil que fiscaliza o cumprimento de preceitos éticos na publicidade e propaganda.

Para Muniz, o instituto da autorregulamentação deve ser usado em vários outros setores e áreas, o que ajudaria no melhoramento dos produtos e serviços oferecidos.



Moreira Matiz/Agência Senado

Elmano Férrer pede apoio para ampliar rodovia no Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) pediu, na quarta-feira, apoio dos parlamentares de seu estado para a execução de projeto do Ministério dos Transportes e do Dnit de ampliação do trecho da BR-135, no Piauí.

— Foi concluído o projeto executivo, com viabilidade econômica, técnica e ambiental. Vamos ter uma rodovia dentro do padrão, uma conquista do nosso estado — disse o senador.

A BR-135 liga as capitais do Maranhão, São Luís, e de Minas Gerais, Belo Horizonte. Nesse percurso, atravessa a região do Vale do Rio Gurgueia, no sul do Piauí.



Moreira Matiz/Agência Senado

Requião compara a “pato” quem apoiou saída de Dilma

Em pronunciamento na quarta-feira, Roberto Requião (PMDB-PR) comparou os brasileiros que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff a “patos”, em referência ao animal usado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) como símbolo do movimento contra a ex-presidente. Para ele, os brasileiros foram enganados pelas grandes corporações e pela mídia para ir às ruas.

O senador disse, no entanto, que o número de “patos” está “caindo drasticamente” em razão da crise política e econômica. Requião fez críticas às ideias neoliberais que seriam responsáveis pela “revoada dos patos”, que agora, segundo ele, começam “a abandonar o bando”.

Senador defende adoção de novo projeto nacional

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) demonstrou ontem, em discurso no Plenário, indignação com o modelo econômico do país, marcado, a seu ver, por liberdade excessiva ao capital. Ele defendeu a adoção de um projeto nacional de longo prazo para estimular o desenvolvimento com justiça social.

Requião listou pressupostos que considera essenciais para o país: dívida pública, que inviabiliza qualquer ação estatal; distribuição de renda estimulada pelo sistema educacional; e a integração do território, com ações de ordenamento territorial e regularização fundiária.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Alvaro cobra parecer da PGR sobre direitos da ex-presidente

Alvaro Dias (PV-PR) cobrou do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o parecer referente a mandado de segurança, impetrado pelo senador no STF, que questiona a constitucionalidade do fatiamento do julgamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. No ano passado, após a decisão de afastá-la do cargo, o Senado poupou Dilma da perda dos direitos políticos.

Para o senador, o Brasil precisa evitar que se torne “jurisprudência” o fatiamento de processos de impeachment. O parecer foi solicitado à PGR pela relatora do mandado no STF, ministra Rosa Weber.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Leonardo Silva Brito, do município de Presidente Médici, em Rondônia, foi aprovado para um curso de graduação na tradicional universidade americana. Para ele, que começa os estudos em agosto, ter participado do projeto do Senado foi fundamental para entrar

Estudante que fez parte do Jovem Senador 2016 é admitido em Harvard

JOVEM SENADOR REPRESENTANTE de Rondônia em 2016, Leonardo Brito foi aprovado para um curso de graduação na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, que concedeu a ele bolsa integral, incluindo a acomodação. O garoto de 17 anos, que tinha o sonho de se tornar cientista e contribuir com mudanças na legislação para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, também foi aceito nas Universidades de Stanford, Columbia e Tufts. Ele começará os estudos em Harvard no mês de agosto.

— Acho que o Jovem Senador teve um peso enorme na minha entrada. No formulário, eles nos pedem que cite os dez programas mais interessantes que fizemos no ensino médio, e o Jovem Senador estava lá. Foi uma das coisas mais importantes, até porque eu tenho essa paixão por política e pude mostrar isso para eles — acredita.

O Projeto Jovem Senador é uma iniciativa da Secretaria de Comunicação Social, da Secretaria-Geral da Mesa e das Consultorias Legislativa e de Orçamento, com apoio da Diretoria-Geral.

Leonardo fez parte da comissão que apresentou o projeto que torna crime inafiançável os atos de discriminação ou preconceito



Leonardo Brito fala em Plenário durante participação no Jovem Senador 2016

de procedência regional ou identidade cultural (SUG 1/2017). A proposta está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que pode aprovar ou não a tramitação do texto como projeto de lei.

Oportunidades

O plano de Leonardo é investir na área de ciências exatas. Em Harvard, porém, pretende aproveitar “todas as oportunidades possíveis” durante a graduação de quatro anos. Isso porque, na instituição, não há limitação de disciplinas nos quais o aluno pode se matricular, como ocorre no Brasil.

— Gosto mais da área de exatas, mas antes de definir eu pretendo experimentar de tudo um pouco. Sei que eles têm professores com Prêmios Nobel em política e economia,

então eu quero fazer de tudo, até música — planeja.

Ele teve aulas de inglês com uma secretária da escola onde estudava e, tempos depois, entrou em um curso particular. A dedicação foi tanta que criou um projeto em sua cidade.

— A ideia partiu da minha mãe e eu não tinha ideia de quão importante seria. Hoje, coordeno o projeto social Letters for Learning, que consiste em trocar cartas com pessoas do mundo todo. Eu acabei virando professor e tinha que aprender mais por causa do Toefl, teste de proficiência na língua inglesa exigido para entrar nas universidades americanas — relata.

A conquista de Leonardo é comemorada pela equipe do Jovem Senador. Coordenadora de Gestão de Eventos da Secretaria de Relações Públicas, Márcia Yamaguti

avalia que o Jovem Senador contribui para a formação dos estudantes, estimulando o papel crítico e a participação cidadã da juventude.

O chefe do Serviço de Eventos Legislativos e Protocolares, Herivelto Ferreira, ressalta os frutos do projeto.

— Um deles seguiu o caminho da política e virou vereador. Já o Leonardo alcançou uma das maiores universidades do mundo e acredito que o programa tenha tido uma parcela nisso — avalia.

O programa

O Jovem Senador é realizado para que estudantes do ensino médio de escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, de até 19 anos, conheçam de perto o processo de elaboração das leis. Os participantes são escolhidos por meio de concurso de redação.

A legislatura dura quatro dias e inicia-se com a posse dos jovens e a eleição da Mesa Diretora. Os trabalhos são encerrados com a votação de projetos propostos por eles.

Apenas em 2016, mais de 113 mil redações foram recebidas de 1.658 escolas. Dos 27 alunos escolhidos, um de cada estado, 74% eram do interior, como foi o caso de Leonardo. Os outros 26% vieram de capitais, a maior parte da Região Norte.

Humberto quer sustar decisão sobre verba do Mais Médicos

Humberto Costa (PT-PE) informou ontem que apresentará um projeto para sustar os efeitos da decisão de transformar os investimentos do Programa Mais Médicos de obrigatórios para discricionários.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Segundo ele, a intenção do Ministério da Saúde é fulminar o programa, que já vem sendo sucateado com o corte de verbas e o atraso do pagamentos.

O senador também afirmou que mais de 400 unidades do Farmácia Popular foram fechadas, desmontando uma iniciativa que atende mais de 10 milhões de cidadãos.

Rose propõe obrigar a venda fracionada de medicamentos

Rose de Freitas (PMDB-ES) anunciou na quarta-feira a apresentação de projeto que obriga a venda fracionada de remédios. Ela disse que a prática, já adotada em outros países, contribui para a economia e a segurança do consumidor.



Moreira Moutz/Agência Senado

As farmácias ficariam obrigadas a fracionar o remédio conforme a receita, usando embalagens desenvolvidas para essa finalidade.

— Não basta determinar que as fábricas e indústrias façam isso. É preciso criar condições para fazer — disse.

Nova lei aumenta proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência

Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência poderão contar com um sistema de garantias nos inquéritos e no curso dos processos. É o que estabelece a Lei 13.431/2017, sancionada na terça-feira pelo presidente Michel Temer e publicada na quarta no *Diário Oficial da União*.

A lei é decorrente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 21/2017, da deputada Maria do Rosário (PT-RS). O texto foi aprovado em 21 de fevereiro na Câmara e em 29 de março no Senado. Entra em vigor daqui a um ano.

A lei normatiza mecanismos para prevenir a violência contra menores e prevê medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos.

O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, prevendo duas formas para ouvir as crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

A primeira é a escuta especializada, que deve ser realizada perante órgão da rede de proteção e limitada estritamente ao necessário.

O segundo é o depoimento especial, quando a criança é ouvida perante

a autoridade judicial ou policial. O depoimento será intermediado por profissionais especializados que esclarecerão à criança os seus direitos e como será conduzida a entrevista, que será gravada em vídeo e áudio, com preservação da intimidade e da privacidade da vítima ou testemunha. A oitiva tramitará em segredo de Justiça.

No caso de criança com menos de 7 anos ou no caso de violência sexual em qualquer idade, o depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova e um novo depoimento só poderá

ocorrer se considerado imprescindível pela autoridade e com a concordância da vítima ou testemunha.

Pela nova lei, qualquer pessoa que tiver conhecimento ou presenciado ou omissão que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial.

O poder público poderá criar programas para atendimento integral às vítimas e delegacias e varas especializadas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Roque de Sá/Agência Senado



Deputada Erika Kokay, relatora da MP, e senador Hélio José (à mesa) debatem novas regras com bombeiros e policiais

PMs e bombeiros distritais discordam sobre promoções

Medida prevê que 50% das vagas para os quadros de oficiais das corporações sejam preenchidas pelo critério de antiguidade e 50% por concurso. Categorias divergem sobre o momento de votar emendas

MUDANÇAS NAS REGRAS de progressão nas carreiras militares do Distrito Federal não têm consenso entre as categorias, mostrou ontem uma audiência pública no Senado. O debate, com representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros distritais, foi promovido pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 760/2016, que altera as regras de acesso e progressão nos quadros das duas corporações.

Pela medida, as vagas para os quadros de oficiais serão preenchidas pelo critério de antiguidade e por concurso. Foram apresentadas 50 emendas à MP, que, para o representante da Casa Militar do Distrito Federal, Marcus Vinicius Fialho, não deveriam ser aceitas.

— Entendemos que as

emendas que foram propostas aqui têm que ser avaliadas em um outro momento. O momento, agora, é de darmos celeridade para que a medida provisória caminhe para a aprovação — defendeu.

Por outro lado, o representante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, André Rapôzo, é favorável à MP e às emendas, como forma de atender os anseios de todos os interessados.

— Acreditamos que a medida provisória, da forma como foi feita, tornou-se amplamente democrática porque agrega todos os militares, dando chances iguais a todos.

Demandas

Para o representante da Polícia Militar do Distrito Federal, Fábio Pizetta, as carreiras de policial militar e bombeiro

devem ser reestruturadas. Ele defende o texto sugerido pelo governo do Distrito Federal.

— A polícia militar entende que a natureza do pleito aqui é muito importante. A minuta encaminhada [pelo governo do DF] é o que a polícia militar acredita e é o que defende e vai abraçar — afirmou.

As observações feitas por policiais e bombeiros vão ser levadas em conta pela relatora, deputada Erika Kokay (PT-DF). Ela anunciou que vai conversar com o presidente Michel Temer e tentar elaborar um relatório que atenda a maioria das demandas das duas corporações. A deputada afirmou pretende apresentar seu relatório antes da Páscoa.

O presidente da comissão mista é o senador Dalírio Beber (PSDB-SC). O prazo final para votação é 31 de maio.

Paulo Rocha denuncia ação de milicianos no Pará

Paulo Rocha (PT-PA) denunciou a ação de milicianos na Região Metropolitana de Belém e periferias de outras grandes cidades do Pará. O senador afirmou ontem em Plenário que morrem mais jovens num fim de semana em Belém do que em países em guerra no Oriente Médio.

Ele ressaltou que o estado tem um histórico de violência contra líderes comunitários e ativistas.

— Cerca de 660 líderes sindicalistas, representantes de pastorais, advogados e até políticos foram assassinados ao longo dos últimos 30 anos no estado — afirmou.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Reguffe pede Uber privado e fim do foro privilegiado

Reguffe (sem partido - DF) classificou como inaceitáveis a exigência de autorização prévia para atuação do Uber e a eliminação do caráter privado do serviço acrescentadas de última hora pela Câmara ao projeto de regulamentação do Uber no Brasil (Projeto de Lei 5.587/2016).

O senador criticou também o projeto sobre abuso de autoridade (PLS 280/2016) e as emendas à proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado (PEC 10/2013). O foro privilegiado, de acordo com Reguffe, transformou-se em instrumento de impunidade.



Genildo Murgello/Agência Senado

Airton Sandoval: descrédito coloca em xeque classe política

Airton Sandoval (PMDB-SP) advertiu ontem em Plenário que o descrédito das instituições é sintoma de um problema profundo que revolta a população e coloca em xeque a própria legitimidade da classe política e da democracia brasileira. No primeiro pronunciamento após assumir o lugar de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB -SP), ele fez um retrospecto de sua trajetória política e disse ser de “um tempo em que o político descia do palanque para dar autógrafos”.

— Em que lugar desse caminho da classe política perdeu-se o respeito da população? — questionou.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Romário faz críticas à gestão de Crivella na prefeitura do Rio

Romário (PSB-RJ) criticou ontem a gestão do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. Para o senador, o prefeito se revelou até agora um “péssimo administrador” e por enquanto, a seu ver, só cuidou de si, dos parentes e amigos.

— Se eu tivesse que avaliar a gestão em uma única palavra, seria péssimo — disse.

Romário criticou o pagamento de supersalários aos assessores do prefeito, a ausência dele no Carnaval deste ano e o corte de orçamento da saúde. Segundo o senador, apenas o Hospital Souza Aguiar, um dos principais do Rio, vai perder R\$ 33 milhões.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Regina Sousa afirma que líderes precisam do Bolsa Família

Regina Sousa (PT-PI) contestou, na quarta-feira, informação divulgada pelo governo de que empresários estariam recebendo irregularmente o Bolsa Família. Ela explicou que a confusão ocorre porque alguns têm o nome ligado a CNPJs porque presidem associações, assentamentos ou sindicatos.

A senadora disse que essas pessoas estão sendo orientadas a renunciar aos cargos, deixando a comunidade sem representação.

— Eu faço um apelo ao governo, ao Ministério do Desenvolvimento Social que reveja isso. Eles têm CNPJ porque são dirigentes de entidades, são pessoas pobres, o que é facilmente constatável, e necessitam do Bolsa Família.

Policiais defendem aposentadoria especial em audiência na CDH

Representantes dos servidores da segurança pública pediram em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH) a manutenção da aposentadoria especial para a categoria no texto da reforma da Previdência (PEC 287/2016), ainda em tramitação na Câmara.

A CDH discutiu as consequências da reforma para agentes, peritos e policiais. A iniciativa do debate foi de José Medeiros (PSD-MT). O senador disse que, muitas vezes, a aposentadoria especial da categoria, conseguida com 25 anos de serviço se mulher e 30 anos se homem, sem idade mínima, é apresentada de forma errada à sociedade, como se fosse um privilégio.

— Nós precisamos debater esse assunto porque pairam muitas dúvidas sobre o tema. A população, às vezes, pensa que isso aí é mordomia, privilégio, e é importante debater o assunto para que tudo fique claro — afirmou.

A audiência teve a participação de associações de agentes da segurança pública de diversas áreas. Na opinião dos expositores, os

profissionais trabalham em uma infraestrutura precária e o desgaste físico e mental faz parte da rotina. Na visão deles, é impossível fazer com que esses profissionais trabalhem até os 65 anos com a mesma qualidade e resultados. Para Fátima Bezerra (PT-RN), a PEC é um desrespeito para setores essenciais, como a educação e a segurança pública.

— A PEC não só desconhece o papel dos servidores de segurança pública, como quer prejudicar a vida desses servidores públicos. Não tem como não ter um olhar diferenciado para a carreira dos policiais como para a dos professores. Nós não estamos aqui pedindo privilégios. Estamos aqui pedindo justiça — defendeu a senadora.

De acordo com os expositores, pesquisas recentes mostram que a maioria dos policiais teme pela própria vida e de seus familiares e que 38% escondem que são policiais nos momentos fora do serviço. A reunião ainda tratou do alto índice de homicídios e suicídios nessas categorias.

Prorrogada vigência da MP que destina recursos para segurança

A Medida Provisória 769/2017, que abre crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para o Ministério da Defesa, teve vigência prorrogada, o que dará ao Congresso mais 60 dias para decidir se converte o texto em lei. A MP está atualmente na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Depois terá

que passar pelos Plenários da Câmara e do Senado, para só então ir a sanção.

O texto, editado pelo presidente Michel Temer em 21 de fevereiro, destina os recursos ao custeio das ações das Forças Armadas em segurança pública. A medida foi uma resposta às rebeliões e mortes em presídios estaduais.

MP da regularização fundiária recebe críticas

Especialistas disseram que medida é inconstitucional e que recomeça a regularização de imóveis sem considerar experiências anteriores

REPRESENTANTES DOS CARTÓRIOS de registros e especialistas em direito urbanístico manifestaram-se contrários à medida provisória que desburocratiza regularização de imóveis urbanos e rurais, em audiência pública. De acordo com participantes, a MP 759/2016 é inconstitucional e ilegal e pretende começar “do zero” a regularização fundiária, sem considerar as experiências anteriores.

Membros do governo, no entanto, afirmaram que a medida tenta solucionar um problema urgente, que é o acesso à moradia. Acrescentaram que o governo ouviu os órgãos do setor e permanece aberto a contribuições.

A audiência foi realizada ontem pela comissão mista responsável pela análise da MP.

De acordo com a presidente do Instituto de Direito Urbanístico, Daniela Libório, a medida não atende o requisito de urgência, já que não houve fato novo que a motivasse. Daniela criticou ainda o fato de a MP tratar ao mesmo tempo da regularização urbana e rural. Para ela, essas questões são distintas e devem ser tratadas por normas diferentes.

A advogada também não concorda com a legitimação fundiária de bens imóveis públicos e privados por ato discricionário.

— Rasga-se a Constituição. Ora, a propriedade privada é garantida constitucionalmente. E as suas exceções têm que estar no texto constitucional. Qual é a exceção do direito de



Deputado Izalci Lucas (C) preside debate com representantes de cartórios, da Casa Civil e do Ministério das Cidades

propriedade? Desapropriação. Está no mesmo grau de hierarquia normativa — disse.

O subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Erick Vidigal, argumentou que a MP atende o requisito de urgência, já que mais de 50% da população brasileira, somente nos grandes centros urbanos, vive em situação de irregularidade.

Realidade

Vidigal disse que a urgência não necessariamente tem que ser interpretada de modo jurisdicional, mas como uma realidade social.

— A questão do direito à moradia passou da hora de ser enfrentada. Se você perguntar a qualquer pessoa que vive em situação de irregularidade se ela acha que é urgente resolver essa situação, ainda mais no momento econômico em que vivemos, em que a pessoa precisa vender o seu imóvel para pagar dívidas ou para investir num pequeno negócio, vai ouvir que sim. A urgência é transparente, é automática — disse.

Segundo Haroldo de Queiroz, do Conselho de Arquite-

tura e Urbanismo do Brasil, a MP não dialoga com o conjunto de experiências da regularização fundiária e não é clara, mudando, inclusive nomenclaturas internacionais.

— A medida foi apresentada ao país num contexto de pouca participação da sociedade e sem considerar que já há um ordenamento jurídico que rege as questões urbanísticas no Brasil — afirmou.

O representante da Casa Civil respondeu que as alegações de que o governo não se abriu ao diálogo não procedem. Segundo ele, o governo se reuniu várias vezes com o Conselho Nacional de Justiça e com a Corregedoria Nacional de Justiça.

— Toda a parte sobre registro no texto foi referendada por eles. Houve ampla participação, todos os órgãos que atuam no setor foram ouvidos. Agora, ouvir todas as pessoas de cada órgão é uma situação de inviabilidade — disse Vidigal.

Quebra

A diretora da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, Patrícia Ferraz, afirmou que acredita na boa intenção do governo com a medida,

mas observou que ela provoca uma quebra dramática de todo o sistema que vinha progredindo desde a Constituição de 1988. Ela criticou o fato de conteúdos da atividade de qualificação de registro e de atribuição de segurança jurídica terem sido retirados dos registros de imóveis e passados para o poder público.

— O poder público, via de regra, é agente promotor da regularização fundiária quando não é parte interessada. Então, quando uma parte interessada conduz um processo de conciliação, isso nos traz perplexidade — afirmou.

Propriedade

Segundo Sílvio Marques Figueiredo, do Ministério das Cidades, a demarcação urbanística não deixou de existir e os fundamentos continuam da mesma forma. O que o governo fez foi apenas desburocratizar o procedimento e ampliar a legitimação de posse.

— Após a edição da medida provisória, só a prefeitura municipal de São Paulo deve regularizar mais de 80 mil unidades — disse.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) manifestou-se con-

trário à medida e disse que o governo está autorizando a desapropriação de área privada e pública por decisão discricionária. O deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA) também mostrou a mesma posição e afirmou que o que predomina na MP é o direito individual de propriedade.

O senador Hélio José (PMDB-DF) defendeu a MP e relatou a situação dos moradores do Distrito Federal que vivem em terrenos irregulares.

— Em Brasília, mais de 1,5 milhão de pessoas vivem na agonia, sem seu título de escritura pública, sem sua regularização fundiária. Essa questão é essencial para dar paz e qualidade de vida para a população do DF que vive amedrontada — afirmou.

Economia

A MP 759/2016 facilita a regularização fundiária em áreas urbanas informais, como as favelas e condomínios irregulares. Segundo o Ministério do Planejamento, o objetivo é facilitar o acesso da população de baixa renda à moradia. As mudanças também valem para imóveis em áreas consideradas rurais, desde que o núcleo tenha destinação urbana.

A MP faz parte de um conjunto de ações para estimular o desenvolvimento econômico. O ministro das Cidades, Bruno Araújo, disse que as mudanças podem gerar o ingresso de ativos na economia. Com os documentos em mãos, os moradores terão seus imóveis valorizados e poderão ter acesso a crédito.

O presidente da comissão mista, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), informou que a próxima audiência para debater a MP será na terça-feira, às 14h30.

Wilder: um dos principais eventos internacionais sobre aftosa ocorre em Pirenópolis

Wilder Morais (PP-GO) anunciou, na quarta-feira, que o seu estado está recebendo durante esta semana dois importantes eventos para o agronegócio. Em Pirenópolis, especialistas do mundo inteiro participam da 44ª Reunião Ordinária da Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa. O senador fez questão de informar que Goiás é estado considerado livre dessa doença. Outro evento é o TecnoShow, promovido pela Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo). A feira está ocorrendo na cidade de Rio Verde.

Ele também destacou a eficiência da Polícia Rodoviária Federal de Goiás, que apreendeu 354 quilos de maconha no município de Jataí.



Moreira Menezes/Agência Senado

Jorge Viana considera “uma afronta” liberação de compra de terras por estrangeiros

A proposta do governo que libera a compra de terras por estrangeiros é uma afronta ao interesse nacional, afirmou Jorge Viana (PT-AC). O senador disse que a Casa Civil acaba de finalizar um projeto de lei com esse objetivo. Segundo ele, a proposta, que deve ser encaminhada ao Congresso, libera a compra e o arrendamento de terras por empresas com controle estrangeiro, sem estipular limite de área.

O senador quer ouvir representantes do governo em um debate nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Relações Exteriores (CRE).

— A proposta autoriza, por exemplo, que um estrangeiro bilionário se torne dono de 25% do território de um município — afirmou.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Gladson destaca importância do Acre na consolidação do caminho para o Pacífico

A vitalidade econômica do Acre é importante para colaborar com o Brasil neste momento de crise econômica, defendeu Gladson Cameli (PP-AC). O senador destacou a “posição estratégica” do estado, próximo de países sul-americanos importantes e do Oceano Pacífico.

Gladson disse que o Acre tem um grande potencial agroindustrial ainda não completamente aproveitado. O senador informou que se encontrou com o embaixador do Peru no Brasil, Vicente Rojas, para percorrer o estado, reforçar os acordos bilaterais entre os dois países e buscar novos potenciais.

— Disse ao embaixador que só vamos consolidar o tão desejado caminho para o Pacífico a partir do momento em que venceremos as barreiras.



Gerardo Magela/Agência Senado

Lúcia Vânia defende em comissão projeto de crédito subsidiado para santas casas

Relatora de proposta de socorro às santas casas de misericórdia, Lúcia Vânia (PSB-GO) disse ontem que o projeto vai garantir um alívio às instituições filantrópicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 744/2015, de autoria de José Serra (PSDB-SP), está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e cria um programa de crédito subsidiado para as santas casas e outras instituições filantrópicas.

— O projeto não pretende garantir solução definitiva para os problemas existentes nas santas casas, mas um alívio financeiro enquanto soluções definitivas são discutidas e pensadas pelo governo — disse a senadora.



Gerardo Magela/Agência Senado